



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGONHAS

CIDADE DOS PROFETAS

CONTRATO Nº PMC/010/2023

PMC/13.113/2022

PRC/259/2022

PREGÃO 157/2022

Que entre si celebram, de um lado, como CONTRATANTE, o MUNICÍPIO DE CONGONHAS, com sua Prefeitura Municipal, sediada à Praça Presidente Kubitschek, nº 135, inscrita no CNPJ sob o nº. 16.752.446/0001-02, representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Cláudio Antônio de Souza, que por força do Decreto nº 5.936 de 07 de fevereiro de 2014, passa a integrar o presente contrato, o Secretários Gestores, doravante denominado CONTRATANTE, e o (a) empresa **AACP SERVICO AMBIENTAL LTDA**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº 25.361.124/0001-23, sediado(a) na AV. Sete de Setembro, nº 1136, bairro Centro, CEP 13.440-000, Saltinho/SP, doravante designada CONTRATADA, neste ato representada pelo Sr. **Alexandre Antonio Cordeiro Pinheiro**, portador(a) da Carteira de Identidade nº 33.988.459-9, expedida pela (o) SSP/SP, e do CPF nº 298.037.758-98, tendo em vista o que consta no Processo Licitatório PRC / 259 / 2022 e em observância às disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico PMC / 157 / 2022, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. DO OBJETO

- 1.1. O objeto do presente Termo de Contrato é a Contratação de empresa especializada para realização de serviços continuados de controle de pragas e vetores urbanos através de dedetização e desratização com fornecimento de todos os materiais necessários e emprego de todos os equipamentos, ferramentas e equipamentos de proteção individual necessários à execução do serviço, devidamente licenciada junto a autoridade sanitária ou ambiental competente, com utilização de produtos desinfetantes devidamente registrados no Ministério da Saúde, próprios para o ambiente, em diversos prédios que compõem Prefeitura Municipal de Congonhas – MG.
- 1.2. Este Termo de Contrato vincula-se ao Edital do Pregão, identificado no preâmbulo e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.
- 1.3. Discriminação do objeto:



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGONHAS

CIDADE DOS PROFETAS

ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	UNID.	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	SERVICO DE DEDETIZACAO E DESRATIZACAO* SERVICO DE DEDETIZACAO E DESRATIZACAO, SERVICO DE VETORES E PRAGAS URBANAS PARA ATENDER A PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGONHAS, O SERVICO DEVERA SER PRESTADO POR EMPRESA DEVIDAMENTE LICENCIADA JUNTO A AUTORIDADES SANITARIA OU AMBIENTAL COMPETENTE, COM FORNECIMENTO DE TODOS OS MATERIAIS NECESSARIOS E EMPREGO DE TODOS OS EQUIPAMENTOS, FERRAMENTAS E EQUIPAMENTOS DE PROTECAO INDIVIDUAL NECESSARIOS A EXECUCAO DO SERVICO, EMPRESA DEVERA SER DEVIDAMENTE LICENCIADA JUNTO A AUTORIDADE SANITARIA O AMBIENTAL COMPETENTE, COM UTILIZACAO DE PRODUTOS DESINFETANTES DEVIDAMENTE REGISTRADOS NO MINISTERIO DA SAUDE, PROPRIOS PARA AMBIENTES DE ESCRITORIO, ALMOXARIFADOS, VESTIARIOS E CANTINA, COM RESPONSVEL TECNICO DEVIDAMENTE HABILITADO PARA O EXERCICIO DAS FUNCOES RELATIVAS AS ATIVIDADES PERTINENTES AO CONTROLE DE VETORES E PRAGAS URBANAS, DEVENDO APRESENTAR O REGISTRO DA EMPRESA JUNTO AO RESPECTIVO CONSELHO REGIONAL	METRO QUADRADO	109.087	R\$ 0.1400	R\$ 15.272,18

2. DO PREÇO

- 2.1. O valor do presente Termo de Contrato é de R\$ 15.272,18 (quinze mil, duzentos e setenta e dois reais e dezoito centavos).
- 2.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

3. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 3.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento do Município, para o exercício de 2023, na classificação abaixo:

SEPLAG – Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão:

Órgão: 11 - Unidade: 01 - Função: 04 - Sub-função: 122.

Programa: 0002 - Atividade: 2.004 - Coordenação Secretaria de Planejamento e Gestão.

339039 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

SEMED – Secretaria Municipal de Educação:

Órgão: 14 - Unidade: 01 - Função: 12 - Sub-função: 122.

Programa: 0002 - Atividade: 2.121 - Coordenação Secretaria de Educação.

339039 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGONHAS

CIDADE DOS PROFETAS

SMS – Secretaria Municipal de Saúde (TFD, CEM, CEO, CERPAl, CL. M., FISIOT., CAPS, CAPS AD, CL. CRI):

Órgão: 15 - Unidade: 01 - Função: 10 - Sub-função: 302.

Programa: 0036 - Atividade: 2.262 – Serviços Assistência à Saúde Especializada.

3.3.90.39 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

SMS – Secretaria Municipal de Saúde (UPA):

Órgão: 15 - Unidade: 01 - Função: 10 - Sub-função: 302.

Programa: 0036 - Atividade: 2.171 – Serviços de Saúde de Média/Alta Complexidade – UPA.

3.3.90.39 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

SMS – Secretaria Municipal de Saúde (PSF):

Órgão: 15 - Unidade: 01 - Função: 10 - Sub-função: 301.

Programa: 0035 - Atividade: 2.163 – Serviços Assistência a Saúde – PSF.

3.3.90.39 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

DOTAÇÃO	Nº	DENOMINAÇÃO DO LOCAL/POSTO	ÁREA(m²)
EPLAG – Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão Órgão: 11 Unidade: 01 Função: 04 Sub-função: 122 Programa: 0002 Atividade: 2.004 - Coordenação Secretaria de Planejamento e Gestão 339039 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	1	PREDIO ESPAÇO JK (SEAD, SEPLAN, SEGUR, SDS, SEHAB, SEMMA, CGE, GAB. VICE PREFEITO)	1.449,00
	2	ARQUIVO GERAL/HUB DIGITAL	3.378,28
	3	OFICINA DE PATRIMÔNIO	232,00
	4	PREFEITURA SEDE PMC (SEFAZ, SEGOV, PROJUR, GAPRE, ASSESSORIAS)	894,00
	5	TERMINAL RODOVIÁRIO	3.000,00
	6	ALMOXARIFADO CENTRAL	194,00
	7	SEDE SEDAS	348,96
	8	CASA DA PASSAGEM, CASA DA CRIANÇA E CENTRO DE REFERÊNCIA DO IDOSO - CRI	1.551,51
	9	CENTRO DE REFERENCIA DO IDOSO(ASILO SÃO VICENTE DE PAULO) - CRI 2	7.844,00
	10	CASA DOS CONSELHOS	214,00
	11	CONSELHO TUTELAR	310,00
	12	CENTRO DE REFERENCIA DA MULHER - CRM	360,00
	13	CRAS DOM OSCAR	300,00
	14	CRAS ALVORADA	244,00
	15	CRAS PIRES	360,00
	16	CREAS	324,64



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGONHAS

CIDADE DOS PROFETAS

17	GUARDA MUNICIPAL	411,85
18	DIRETORIA DE PATRIMONIO HISTÓRICO	200,00
19	SINE	2.000,00
20	DIRETORIA DE DESENVOLVIMENTO RURAL/EMATER	500,00
21	MERCADO MUNICIPAL	1.800,00
22	GINASIO POLISPORTIVO - PRAIA	1.800,00
23	GINASIO POLISPORTIVO - LOBO LEITE	1.890,00
24	GINASIO POLISPORTIVO - NOVA CIDADE	2.250,00
25	CENTRO DE ATENDIMENTO AO TURISTA (CAT) entrada da cidade	144,00
26	CENTRO DE ATENDIMENTO AO TURISTA (CAT) BASÍLICA	32,00
27	SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS	3.087,31
28	SEDE SECRETARIA DE CULTURA	650,00
29	TELECENTRO - PIRES	160,00
30	TELECENTRO - JOAQUIM MURTINHO	1.050,00
31	TELECENTRO - JARDIM PROFETA	1.200,00
32	ESTAÇÃO - TELECENTRO LOBO LEITE	112,00
33	ATELIE SEMANA SANTA	300,00
		38.591,55

DOTAÇÃO	Nº	DENOMINAÇÃO DO LOCAL/POSTO	ÁREA(m²)
SEMED – Secretaria Municipal de Educação Órgão: 14 Unidade: 01 Função: 12 Sub-função: 122 Programa: 0002 Atividade: 2.121 - Coordenação Secretaria de Educação 339039 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	01	E M AMYNTHAS JACQUES DE MORAES	261,45
	02	E M. AUGUSTO SILVA RUA DR VITORINO	920,00
	03	EM CEMEI CRECHE MARIA ANUNCIAÇÃO DOS ANJOS	1.311,97
	04	EM CEMEI CRECHE MARIA IRIS C DE SOUZA FERREIRA	1.311,97
	05	E M CEMEI CRECHE ROSA CORDEIRO DE FREITAS	2.000,00
	06	E M CEMEI PINGO DE GENTE	1.834,00
	07	E M DOM JOÃO MUNIZ	2.282,40



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGONHAS

CIDADE DOS PROFETAS

	08	E M DONA CAETANA PEREIRA TRINDADE	241,50
	09	E M DONA MARIA DE OLIVEIRA CASTANHEIRA	1.646,24
	10	E M DR ANTONIO MOREIRA DE SOUZA SILVA	105,83
	11	E M DR VICTORINO RIBEIRO	360,80
	12	E M ENGENHEIRO OSCAR WEINSCHANCK	2.361,20
	13	M. FORTUNATA DE FREITAS JUNQUEIRA	2.749,06
	14	E M JAIR ELIAS	1.250,00
	15	E M JOÃO NARCISO	1.218,04
	16	E M. JOÃO OLYNTHO FERRAZ	704,08
	17	E M JOSÉ ANTÔNIO DA SILVA	430,77
	18	E M JOSÉ CARDOSO OSÓRIO	711,00
	19	E M JOSÉ MONTEIRO DE CASTRO	240,00
	20	E M JUDITH AUGUSTA FERREIRA	3.096,00
	21	E M LUCAS ESTEVÃO MONTEIRO	680,71
	22	E M MARIA AUGUSTA MONTEIRO	643,20
	23	E M MARIA BATISTA DE JESUS	303,20
	24	EM MICHAEL PEREIRA DE SOUZA	1.760,46
	25	E M. NOSSA SENHORA DA AJUDA	458,00
	26	E M. PADRE JACINTO PINHEIRO	220,00
	27	E M. ROSÁLIA ANDRADE DA GLÓRIA	1.102,82
	28	E.M. SANTA QUITÉRIA	480,00
	29	E M. SR ODORICO MARTINHO DA SILVA	2.590,02
	30	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	1.320,00
	31	BIBLIOTECA PÚBLICA M DJALMA ANDRADE	300,00
	32	CASA DO PROFESSOR	420,00
			35.314,72



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGONHAS

CIDADE DOS PROFETAS

DOTAÇÃO	Nº	DENOMINAÇÃO DO LOCAL/POSTO	ÁREA(m²)
SMS – Secretaria Municipal de Saúde (UPA) Órgão: 15 Unidade: 01 Função: 10 Sub-função: 302 Programa: 0036 Atividade: 2.171 – Serviços de Saúde de Média/Alta Complexidade – UPA 3.3.90.39 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	1	ALMOXARIFADO SAÚDE	650,00
	2	UPA 24 HORAS	4.192,48
			4.842,48

DOTAÇÃO	Nº	DENOMINAÇÃO DO LOCAL/POSTO	ÁREA(m²)
SMS – Secretaria Municipal de Saúde (PSF) Órgão: 15 Unidade: 01 Função: 10 Sub-função: 301 Programa: 0035 Atividade: 2.163 – Serviços Assistência a Saúde – PSF 3.3.90.39 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	01	UAPS ALVORADA	295,00
	02	UAPS BASÍLICA	360,00
	03	UAPS CAMPINHO	295,00
	04	UAPS CENTRO 1	240,00
	05	UAPS CENTRO 2	280,00
	06	UAPS CINQUENTENÁRIO	300,00
	07	UAPS DOM OSCAR 1 e 2	470,00
	08	UAPS IDEAL / J. ANDREZA	470,00
	09	UAPS LAMARTINE	240,00
	10	UAPS MARANHÃO	460,00
	11	UAPS MURTINHO	300,00
	12	UAPS PIRES	300,00
	13	UAPS PRIMAVERA	420,00
	14	UAPS PROFETA 1 e 2	360,00
	15	UAPS RESIDENCIAL	300,00
	16	UAPS VILA SÃO VICENTE	300,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGONHAS CIDADE DOS PROFETAS

17	UAPS SANTA MONICA	270,00
18	USB ESMIRIL	80,00
19	USB BARNABÉ	180,00
20	USB SANTA QUITÉRIA	270,00
21	USB PIQUIRI	240,00
22	USB LOBO LEITE	270,00
23	USB VILA MARQUES	80,00
24	USB VILA CARDOSO	270,00
25	USB CAMPO DAS FLORES	60,00
		7.110,00

DOTAÇÃO	Nº	DENOMINAÇÃO DO LOCAL/POSTO	ÁREA(m²)
SMS – Secretaria Municipal de Saúde(TFD, CEM, CEO, CERPAI, CL. M., FISIOT., CAPS, CAPS AD, CL. CRI) Órgão: 15 Unidade: 01 Função: 10 Sub-função: 302 Programa: 0036 Atividade: 2.262 – Serviços Assistência à Saúde Especializada 3.3.90.39 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	01	CLINICA MUNICIPAL DA CRIANÇA	550,00
	02	CAPS AD- CENTRO de ATENÇÃO PSICOSSOCIAL	560,00
	03	CERPAI e URSM (AMBULATORIO)	1500,00
	04	CLINICA M. MULHER E MÃE	400,00
	05	CLINICA MUNICIPAL DE FISIOTERAPIA	735,92
	06	CAPS II - CENTRO de ATENÇÃO PSICOSSOCIAL	16.718,90
	07	CEM - CENTRO DE ESPECIALIDADE MÉDICAS	260,00
	08	CENTRO DE ESPECIALIDADE ODONTOLÓGICAS	600,00
	09	TFD - TRATAMENTO FORA DOMICILIO	194,00
	10	ZOONOSSES	169,66
	11	CANIL MUNICIPAL	268,77
	11	CASA DE CONVIVENCIA	171,00
	12	NOVO PRÉDIO DA CLINICA DA CRIANÇA E DA MULHER	1100,00
			23.228,25



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGONHAS

CIDADE DOS PROFETAS

4. DO PAGAMENTO

- 4.1. O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.
- 4.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.
- 4.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao CEIS ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 4.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.
- 4.5. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 4.6. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao CEIS para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.
- 4.7. Constatando-se, junto ao CEIS, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.
- 4.8. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.
- 4.9. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação fiscal.
- 4.10. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.
- 4.11. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
 - 4.11.1. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

5. DO REAJUSTE

- 5.1. Os preços são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data limite para a



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGONHAS

CIDADE DOS PROFETAS

apresentação das propostas.

- 5.1.1. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o índice IPCA/IBGE ou outro índice que seja mais vantajoso para o município, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
- 5.2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
- 5.3. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.
- 5.4. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.
- 5.5. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.
- 5.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 5.7. O reajuste será realizado por apostilamento.

6. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

- 6.1. O adjudicatário, no prazo de 05 (cinco dias) úteis após a assinatura do Termo de Contrato ou aceite do instrumento equivalente, prestará garantia no valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor do Contrato, que será liberada de acordo com as condições previstas neste Edital, conforme disposto no, parágrafo 2º do art. 56 da Lei nº 8.666, de 1993, desde que cumpridas as obrigações contratuais.
- 6.2. Caberá ao contratado optar por uma das seguintes modalidades de garantia:
 - 6.2.1. Caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, devendo estes terem sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda;
 - 6.2.2. Seguro-garantia;
 - 6.2.3. Fiança bancária.
- 6.3. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor da Contratante, na Caixa Econômica Federal e/ou Banco do Brasil, com correção monetária, em favor do contratante.
- 6.4. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser readequada ou renovada nas mesmas condições.
- 6.5. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a Contratada obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados da data em que for notificada.
- 6.6. A Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.
- 6.7. A garantia prestada pelo contratado será liberada ou restituída após a execução do contrato e, quando em dinheiro, atualizada monetariamente. (artigo 56, §4º da Lei nº



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGONHAS

CIDADE DOS PROFETAS

8666/93).

7. DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

7.1. Dos serviços de dedetização:

7.1.1. **Controle de Baratas:** O serviço consta da aplicação de inseticida, nas instalações, edificações e demais áreas indicadas pela fiscalização do contrato. Deve atingir uniformemente os cômodos, móveis e aparelhos eletro/eletrônicos, inclusive ralos, bacias sanitárias, redes hidráulicas e sistema de esgoto em geral.

7.1.2. **Controle de Moscas/Mosquitos:** O serviço consta da aplicação de inseticida nas instalações, edificações e demais áreas indicadas pela fiscalização do contrato. Deve incluir locais como rodapés dos cômodos, das paredes, das salas, da cantina, vestiários e almoxarifados em geral.

7.1.3. **Controle de Carrapatos e Pulgas:** O serviço consta a intervenção química pela pulverização nos locais da infestação, em cômodo, das paredes, das salas e outros locais.

7.1.4. **Controle de Formigas/Escorpião:** O serviço consta da aplicação de inseticida, nas instalações, edificações e demais áreas indicadas pela fiscalização do contrato. Deve atingir uniformemente os cômodos, móveis e equipamentos eletro/eletrônicos, além disso, deverá ser mantido o controle de acordo com o grau de infestação.

7.1.5. Devem ser incluídos nos serviços de dedetização:

7.1.5.1. Assessoramento, visando medidas preventivas para impedir o acesso e proliferação das pragas e vetores;

7.1.5.2. Procedimento de limpeza e conservação;

7.1.5.3. Monitoramento e revisão de áreas infestadas, com doação de novas medidas preventivas e corretivas necessárias, quando for o caso, sem ônus para a CONTRATANTE;

7.1.5.4. Presença de um responsável técnico para acompanhamento dos trabalhos e garantia dos serviços;

7.1.5.5. Orientação aos responsáveis pelos setores que receberão treinamento quanto aos riscos, cuidados e ações em caso de intoxicação acidental.

7.2. Dos serviços de desratização:

7.2.1. O serviço de desratização consiste na aplicação de iscas acondicionadas em Pontos de Envenenamento Permanente (Caixas), que serão distribuídos em áreas internas e externas das instalações, edificações e demais áreas indicadas pela fiscalização do contrato. Poderão ser utilizados outros tipos de iscas ou tratamentos pendurados em telhados, tocas e forros; iscas granuladas utilizadas em locais de difícil acesso e pó aderente, utilizado para aplicação nos caminhos e nas tocas dos ratos, para controle de roedores.

7.3. Os serviços deverão ser realizados, conforme demanda solicitada pela Diretoria de Obras e Conservação de Prédios Públicos.

7.4. Os serviços deverão ser executados pelo CONTRATADO, incluindo o fornecimento de todos os materiais necessários.

7.5. O serviço de dedetização, desratização serão prestados em cada prédio público e/ou unidades administrativas em todas as suas dependências, conforme relação de endereço - Anexo I.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGONHAS CIDADE DOS PROFETAS

- 7.6. Os serviços serão executados conforme Cronograma de aplicação item 7 deste termo, em cada Unidade, com acompanhamento periódico da empresa para efetiva exterminação dos insetos, roedores, animais peçonhentos e outras espécies de pragas.
- 7.7. A Contratada deverá pulverizar todos os focos primários tais como tubulações, caixas de esgotos e gordura, ralos de banheiros e demais dependências com produtos comprovadamente eficazes e adequados para atuação nestes locais.
- 7.8. A Contratada deverá dar, além do prazo durante as aplicações, um prazo final de garantia de 90 (noventa) dias após a última aplicação.
- 7.9. Aplicar géis baraticidas nos locais onde for encontrada baratas, assim como géis formicidas devem ser utilizados em áreas onde há recorrência de formigas.
- 7.10. A Contratada obriga-se a prestar pronto atendimento às solicitações com vista a eliminar existência de insetos, baratas, ratos, animais peçonhentos e etc, que porventura venham a surgir nos intervalos entre as aplicações, bem como corrigir falhas que tenham ocorrido proveniente das aplicações anteriores, dentro do prazo da garantia, bem como corrigir possíveis falhas, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas após a solicitação.
- 7.11. Concluída a dedetização e desratização, a área deverá ser entregue limpa e desimpedida de quaisquer entulhos, equipamentos e/ou restos de materiais.
- 7.12. O espaço entre as aplicações poderá ser alterado por conveniência dos Serviços.
- 7.13. As chamadas para o atendimento imediato de correção (Aplicação Corretiva) ou de reforço não implicarão em qualquer ônus adicional a CONTRATANTE.
- 7.14. A empresa deverá fornecer certificado dos serviços realizados em cada unidade com descrição dos mesmos.
- 7.15. A empresa deverá garantir a eficiência e eficácia dos produtos por 6 meses.
- 7.16. Os produtos utilizados deverão ser por conta da contratada.
- 7.17. Os profissionais responsáveis pela aplicação dos produtos serão funcionários da contratada.
- 7.18. Todos os Equipamentos de Proteção Individual utilizados para o serviço serão por conta da contratada.
- 7.19. **Das características técnicas dos produtos:**
- 7.19.1. Os produtos utilizados nas aplicações deverão ter no mínimo as seguintes características:
- 7.19.1.1. Não causarem manchas.
- 7.19.1.2. Tornarem-se inodoro após 90 (noventa) minutos da aplicação.
- 7.19.1.3. Serem inofensivos a saúde humana.
- 7.19.1.4. Nas áreas onde o contato humano com o preparado químico for constante, deverá este ser de total antitoxibilidade, inodoro após, no máximo 90 (noventa) minutos da aplicação, devendo, ainda, possuir as propriedades de não manchar e ser incolor.
- 7.19.1.5. Estarem compreendidos dentre aqueles permitidos pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária do Ministério da Saúde.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGONHAS

CIDADE DOS PROFETAS

8. DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

- 8.1. O Contratante designará representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a entrega e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.
- 8.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 8.3. O representante da Administração anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do objeto, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.
- 8.4. A Administração poderá rejeitar os bens, quando em desacordo com as especificações do Termo de Referência, devendo ser substituídos mediante notificação a Contratada, sob pena de incorrer em processo de declaração de idoneidade, além de perdas e danos e demais sanções atinentes e especificadas na Lei 8666/93.
- 8.5. No desempenho de suas atividades, é assegurado ao responsável pela fiscalização o direito de verificar e exigir a perfeita execução do ajuste em todos os termos e condições.
- 8.6. Cabe a fiscalização o acompanhamento da entrega dos produtos, devendo comunicar ao Contratante, quaisquer irregularidade.
- 8.7. A fiscalização do cumprimento das obrigações da Contratada se dará através de comissão/servidor especialmente designado, a saber: **Inocêncio Coelho Neto**, matr. 20144091, **Wagner Eduardo José Roque**, matr. 20144263, lotado na Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão; **Leonardo Pinheiro Egídio**, Diretor de área, Lotado Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura; **Ari Rosa Braga Filho**, matr. 3074, lotado Secretaria de Desenvolvimento e Assistência Social; **Rodrigo Lorrnan Santos Leão**, Diretor de área, lotado Secretaria de Cultura, Esporte, Lazer, Eventos e Turismo; **Elenilda Penha Silva Egg**, matr. 252, Lotada Secretaria Municipal de Saúde; **Marilu Soares Silva Santos**, matr. 38101, lotada na Secretaria Municipal de Educação).
- 8.8. A gestão do contrato será feita pela Superintendência de Gestão Administrativa, representada por Alessandra Tavares Amaral, matr. 20144244, juntamente com a Diretoria de Administração Geral, representada por Fabiana da Conceição Silva, matr. 53151.

9. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 9.1. São obrigações da Contratante:
 - 9.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada no prazo e condições, de acordo com as cláusulas contratuais, os termos de suas propostas e condições estabelecidas no Edital e seus anexos.
 - 9.1.2. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos serviços realizado com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação do serviço executado.
 - 9.1.3. Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no serviço executado, para que seja corrigido.
 - 9.1.4. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGONHAS CIDADE DOS PROFETAS

comissão/servidor especialmente designado no item “26.7”.

9.1.5.A gestão do contrato será feita pela Superintendência de Gestão Administrativa, representada por Alessandra Tavares Amaral, matr. 20144244, juntamente com a Diretoria de Administração Geral, representada por Fabiana da Conceição Silva, matr. 53151.

9.1.6.Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao serviço realizado, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos.

9.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

10. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

10.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

10.1.1. Executar os serviços conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta.

10.1.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990).

10.1.3. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, os serviços efetuados em que verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.

10.1.4. A contratada deverá selecionar, treinar e empregar profissionais devidamente capacitados para a execução do serviço.

10.1.5. Apresentar os empregados devidamente uniformizados e identificados por meio de crachá, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual - EPI, quando for o caso.

10.1.6. Apresentar à Contratante, a relação nominal dos empregados que adentrarão o órgão para a execução do serviço.

10.1.7. Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade a Contratante.

10.1.8. Relatar a Contratante toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços.

10.1.9. Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data de execução do serviço, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.

10.1.10. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

10.1.11. Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

10.1.12. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGONHAS CIDADE DOS PROFETAS

cumprimento do contrato.

- 10.1.13. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 10.1.14. Deter instalações, aparelhamento e pessoal técnico adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, conforme orientação da Resolução de Diretoria Colegiada da ANVISA – RDC nº 52, de 22 de outubro de 2009.
- 10.1.15. Proceder a manipulação, transporte, inutilização, descarte dos produtos saneantes desinfestantes, conforme orientação da Resolução de Diretoria Colegiada da ANVISA – RDC nº 52, de 22 de outubro de 2009.
- 10.1.16. Refazer o serviço de controle de pragas e vetores nas áreas em que for verificada a ineficácia dos serviços prestados, no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas, contados do recebimento da notificação enviada pela Fiscalização, através de e-mail, sem ônus extra para o CONTRATANTE.
- 10.1.17. Adquirir todos os produtos e materiais necessários à execução dos serviços ficará sob a guarda e responsabilidade da contratada.
- 10.1.18. Os produtos utilizados deverão ser de primeira qualidade e não poderão causar danos à saúde humana.
- 10.1.19. A contratada deverá emitir declaração de execução de serviços para cada Unidade Local, devidamente assinada pelo responsável do local, que deverá ser entregue juntamente com a nota fiscal de prestação de serviços.
- 10.1.20. A contratada deverá dar garantia dos serviços prestados, utilizar, produtos com registro no Ministério da Saúde e atender as exigências e normas, inclusive de segurança e ambientais, quando instituídas pelas Agências e Órgãos Oficiais reguladores e/ou fiscalizadores.
- 10.1.21. A Contratada deverá apresentar antes ou no ato da primeira ordem de execução dos serviços, cronograma físico de execução dos serviços, sendo que, na hora e data marcadas a contratada, deverá estar nas dependências das prédios públicos da Secretaria de Planejamento e Gestão, com equipe habilitada e em número suficiente para o bom andamento dos serviços e o cumprimento dos prazos pré-fixados e acordados com a contratante.
- 10.1.22. A Secretaria de Planejamento e Gestão se reserva o direito de rejeitar ou exigir a substituição de qualquer funcionário da Contratada que esteja executando serviços, em não conformidade aos requisitos estabelecidos no objeto deste contrato, obrigando-se a mesma a providenciar, imediatamente, substituto para o pessoal rejeitado, de maneira que o serviço contratado não sofra interrupção ou atraso.
- 10.1.23. A Contratada não poderá efetuar, sob nenhum pretexto, a transferência de responsabilidade para outros.
- 10.1.24. A aprovação/aceitação dos serviços, por parte da Contratante, não exime a Contratada de quaisquer das responsabilidades estipuladas em contrato, e se a Secretaria de Planejamento e Gestão, julgar necessário deverá a contratada, corrigir falhas, num prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, sem que tal fato represente ou importe em ônus para a Contratante.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGONHAS

CIDADE DOS PROFETAS

11. DAS SANÇÕES

- 11.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 8.666, de 1993, o licitante/adjudicatário que:
 - 11.1.1. Não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;
 - 11.1.2. Não assinar a ata de registro de preços, quando cabível;
 - 11.1.3. Apresentar documentação falsa;
 - 11.1.4. Deixar de entregar os documentos exigidos no certame;
 - 11.1.5. Ensejar o retardamento da execução do objeto;
 - 11.1.6. Não mantiver a proposta;
 - 11.1.7. Cometer fraude fiscal;
 - 11.1.8. Deixar de prestar os serviços nas quantidades, prazos e condições pactuadas, de acordo com as exigências constantes neste documento
 - 11.1.9. Deixar de emitir faturas ou notas fiscais dos serviços no valor e nos prazos pactuados
 - 11.1.10. Comportar-se de modo inidôneo.
- 11.2. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros: a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP, o conluio entre os licitantes, descumprimento das obrigações previstas no edital ou no contrato.
- 11.3. As sanções do item acima também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva, em pregão para registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente.
- 11.4. O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:
 - 11.4.1. Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;
 - 11.4.2. Multa:
 - 11.4.2.1. Moratória de 0,33% (trinta e três décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias.
 - 11.4.2.2. Compensatória de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto, o que será considerado após ultrapassado o prazo do subitem acima.
 - 11.4.2.3. Em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida
 - 11.4.3. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;
 - 11.4.4. Impedimento de licitar e de contratar com a União e descredenciamento no SICAF, pelo prazo de até cinco anos;
- 11.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGONHAS CIDADE DOS PROFETAS

promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

- 11.6. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.
- 11.7. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.
- 11.8. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.
- 11.9. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.
- 11.10. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.
- 11.11. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.
- 11.12. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
- 11.13. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.
- 11.14. As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas no Termo de Referência.

12. DA RESCISÃO

- 12.1. O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido:
 - 12.1.1. por ato unilateral e escrito da Administração, nas situações previstas nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, e com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Termo de Referência, anexo ao Edital;
 - 12.1.2. amigavelmente, nos termos do art. 79, inciso II, da Lei nº 8.666, de 1993.
- 12.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.
- 12.3. A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 12.4. O termo de rescisão será precedido de Relatório indicativo dos seguintes aspectos, conforme o caso:
 - 12.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGONHAS CIDADE DOS PROFETAS

12.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.4.3. Indenizações e multas.

13. DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

13.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

13.2. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

13.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14. DO PRAZO DE VIGÊNCIA

14.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 meses contados do (a) momento de assinatura do contrato, prorrogável na forma do art. 57, § 1º, da Lei nº 8.666/93.

15. DOS CASOS OMISSOS

15.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993, na Lei nº 10.520, de 2002 e demais normas federais de licitações e contratos administrativos e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor - e normas e princípios gerais dos contratos.

16. DA PUBLICAÇÃO

16.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no diário correspondente, no prazo previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

17. DO FORO

17.1. É eleito o Foro da comarca de Congonhas para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 55, §2º da Lei nº 8.666/93.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGONHAS

CIDADE DOS PROFETAS

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em duas (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes.

Congonhas, 06 de janeiro de 2023.


Antônio Mendes da Silva

Secretário Municipal de Planejamento e Gestão

RODRIGO SILVA
MENDES:09591
325622

Assinado de forma digital
por RODRIGO SILVA
MENDES:09591325622
Dados: 2023.01.09 17:57:40
-03'00'

Rodrigo Silva Mendes

Secretário Municipal de Educação

ALLAN DIEGO
FALCI:078783
53662

Assinado de forma
digital por ALLAN DIEGO
FALCI:07878353662
Dados: 2023.01.10
12:38:42 -03'00'

Allan Diego Falci

Secretário Municipal de Saúde

ALEXANDRE
ANTONIO
CORDEIRO
PINHEIRO:2980377
5898

Assinado de forma
digital por ALEXANDRE
ANTONIO CORDEIRO
PINHEIRO:29803775898
Dados: 2023.01.09
14:10:19 -03'00'

Alexandre Antonio Cordeiro Pinheiro

AACP Serviço Ambiental Ltda

TESTEMUNHAS:

1ª



2ª

